

**Gestão 2016-2018**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrainer*  
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*  
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*  
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*  
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*  
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*  
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*  
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*  
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*  
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*  
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*  
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdec@mpms.mp.br](mailto:caopjdec@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 905/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Rodrigo Jacobina Stephanini 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 22 a 29.9.2017, a serem usufruídos no período de 26 a 28.3.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 894/2018-PGJ, DE 8.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 4º Promotor de Justiça de Dourados, João Linhares Júnior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 11 a 30.3.2018 e 2 a 6.4.2018, em razão de férias e compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça titular, *José Antonio Alencar*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 899/2018-PGJ, DE 9.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 1 (um) dia de compensação por sua atuação perante o Mutirão do Júri no dia 1º.11.2017, a ser usufruído no dia 12.3.2018, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 900/2018-PGJ, DE 9.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20.12.2017 a 6.1.2018, a ser usufruído no dia 12.3.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 906/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 19.2.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 907/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Wilson Canci Junior licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 1º e 2.3.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 908/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, nos períodos de 11 a 30.3.2018 e 2 a 6.4.2018, em razão de férias e compensação pelo exercício de atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça *José Antonio Alencar*; e tornar sem efeito a Portaria nº 897/2018-PGJ, de 8.3.2018, que designou o Promotor de Justiça *Amilcar Araujo Carneiro Junior*.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 909/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	2 a 11.5.2018			8 a 17.1.2018

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	25.6 a 6.7.2018			8 a 17.1.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 910/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4402/2017-PGJ, de 18.12.2017, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	DIAS/PERÍODO	DIAS DE GOZO
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	18, 19, 20, 21 e 22.1.2016	14 a 18.5.2018

Passe a constar:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	DIAS/PERÍODO	DIAS DE GOZO
Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	18, 19, 20, 21 e 22.1.2016	9 a 13.7.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 911/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20.12.2016 a 6.1.2017, a serem usufruídos nos dias 22 e 23.3.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 912/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Alexandre Magno Benites de Lacerda	30.9, 1º e 7.10.2017	13, 14 e 15.3.2018
Celso Antonio Botelho de Carvalho	5, 6, 7.2.2016	14, 15 e 16.3.2018
João Meneghini Girelli	28 e 29.11.2015	26 e 27.3.2018
Luiz Eduardo Lemos de Almeida	29.8.2017	9.3.2018
Ricardo Rotunno	12, 15 e 16.10.2016	2, 3 e 4.4.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 919/2018-PGJ, DE 12.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4338/2017-PGJ, de 14.12.2017, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Núcleos de Centro de Apoio Operacional e Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, integrados pelos Promotores de Justiça designados para os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao período de janeiro a junho de 2018, de forma que:

onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
12 (18h01min) a 19.3.2018 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377

passa a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORA DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
12 (18h01min) a 13.3.2018 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377
13 (18h01min) a 16.3.2018 (7h59min)	Bianka Karina Barros da Costa	98478-2371
16 (18h01min) a 19.3.2018 (7h59min)	Alexandre Magno Benites de Lacerda	98478-2377

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 887/2018-PGJ, DE 8.3.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargos efetivos, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

<b>LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA</b>		
<b>DESIGNAÇÃO: NÚCLEO DA CIDADANIA - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DO CIDADÃO E DOS DIREITOS HUMANOS</b>		
<b>SERVIDORA</b>	<b>CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE</b>	<b>A PARTIR DE</b>
FRANCISLENE DE SOUZA GUERREIRO	Técnico I/Administrativa	24.11.2017
<b>DESIGNAÇÃO: NÚCLEO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL</b>		
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE</b>	<b>A PARTIR DE</b>
IVAN ARRUDA SANTOS	Técnico II/Administrativa	9.3.2018
<b>DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE DISTRIBUIÇÃO E ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL</b>		
<b>SERVIDORA</b>	<b>CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE</b>	<b>A PARTIR DE</b>
SUELLEN RIBEIRO DIAS	Técnico II/Administrativa	15.2.2018
<b>ENTRÂNCIA ESPECIAL</b>		
<b>LOTAÇÃO: PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CORUMBÁ</b>		
<b>DESIGNAÇÃO: SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E ESPECIALIZADAS DE CORUMBÁ</b>		
<b>SERVIDOR</b>	<b>CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE</b>	<b>A PARTIR DE</b>
LUCAS CAVASSA BATISTA	AUXILIAR/MOTORISTA	8.1.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS****EDITAL Nº 009/2018/PJ DE DOURADOS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da(s) Promotoria(s) de Justiça da comarca de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA a candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Dourados, objeto do Edital nº 004/2017/PJ de Dourados, de 25 de setembro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1596, de 28 de setembro de 2017 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados.

<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
Emanoelle Fátima Ribeiro de Paula	16º

\*candidato da cota de negros

\*\*candidato da cota de pessoa com deficiência

\*\*\*candidato da cota de indígena

Dourados, 09 de março de 2018.

JOSÉ ANTONIO ALENCAR  
Promotor de Justiça  
Supervisor das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas de Dourados

**ANEXO ÚNICO**  
**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**

1	Fotocópia legível da Cédula de Identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, que informe o ano letivo, turno e semestre de estudo, bem como a data prevista de conclusão do curso;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
6	Declaração pessoal do não exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Declaração pessoal indicando a agência do Banco do Brasil e número de conta-corrente, para recebimento da bolsa e auxílio-transporte;
8	Atestado de exame ABO-RH;
9	2 (duas) fotografias coloridas, 3 x 4 (três por quatro), recentes;
10	Ficha de Cadastro, preenchida em todos os campos, de forma manuscrita ou digitada, e assinada pelo candidato.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE001054 DE 09.03.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0707/2018.**

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotoria de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 49/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de água mineral, não gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL (item 1 – lote 1).

Valor: R\$4.011,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE001054 de 09.03.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/4297/2017.

Partes:

1-. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa Nilza Gomes da Silva.

2- R FIGUEIRO PEREIRA & CIA LTDA – EPP, representado por Rosival Figueiro Pereira.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 91/2017 – PE 39/2017, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 39/2017, realizado pela Universidade Federal do Pará.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, e alterações, e Decreto Federal nº 7.892/2013.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ares-condicionados, Central de ar tipo Split Cassete de 48.000 Btu's; rotação fixa; versão: frio; capacidade mínima: 48.000 Btu's; classe: C; tensão: 220V – trifásico; frequência: 60Hz; controle remoto: sem fio, com display em cristal líquido, acompanhado de adaptador para fixar o controle remoto na parede; filtro de ar de tela antipó lavável; garantia: 3 anos para o compressor e 3 anos para as demais peças; distância entre unidades evaporadora/unidade compensadora: até 15 metros

Valor total: R\$ 172.500,00, nos termos das Notas de Empenho nº 2017NE006170, de 11.12.2017.

Vigência: 23.02.2018 a 23.05.2018.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2018.

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/PGJ/2017.**

Processo: PGJ/10/3252/2016.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2 – Domape Engenharia Consultiva Ltda-ME, representado por Dorianey Magnus Peres.

Objeto: Acréscimo da importância de R\$488.476,85, bem como a supressão da importância de R\$37.816,09 ao valor inicial do contrato.

Amparo Legal: Art. 65, inciso I, *alínea “a”* e §1º, da Lei 8.666/93.

Valor contratual: R\$3.194.811,40.

Vigência: 08.03.2018 a 02.09.2018.

Data de assinatura: 8 de março de 2018.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

---

**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**CAMPO GRANDE**

---

**EDITAL N. 0003/2018/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2017.00001864-5

Requerente: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande.

Assunto: Apurar suposta irregularidade na suspensão do atendimento ao público nas farmácias da UPA Universitário, UPA Leblon, UPA Vila Almeida, UPA Santa Mônica, UPA Moreninha III e UPA Coronel Antonino, no horário das 00:00h as 06:00 h, que impossibilita a imediata dispensação de medicamentos aos pacientes que passam por atendimento médico durante esse período.

Campo Grande, MS, 09 de março de 2018.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**CAARAPÓ**

---

**EDITAL 0004/2018/01PJ/CRP**

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000814-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Caarapó.

Assunto: Concentrar os dados relativos às visitas e/ou inspeções mensais, trimestrais e anual no Estabelecimento Penal Masculino de Regime Fechado de Caarapó, relativas ao ano de 2018, verificar e corrigir eventuais irregularidades constatadas.

Caarapó/MS, 09 de março de 2018.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

---

**CHAPADÃO DO SUL**

---

**EDITAL Nº 03/2018/2ºPJCS**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000760-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Chapadão do Sul e Laidja Maria Silva – ME (Barzinho Oriental).

Assunto: Apurar a legalidade do uso do canteiro público da Avenida Oito, concedido pelo Decreto municipal nº 2.864/2017 ao estabelecimento comercial denominado "Barzinho Oriental".

Chapadão do Sul-MS, 08 de março de 2018.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA

Promotora de Justiça

---

**FÁTIMA DO SUL**

---

**EDITAL N.º 09/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n. 06.2017.00002419-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00002419-1

Requerente: Município de Fátima do Sul

Requerido: Ilda Salgado Machado e Wilson da Silva Costa

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consistente no fracionamento ilegal de contratações, as quais deveriam ser objeto de licitações, durante a gestão 2005/2012, do Município de Fátima do Sul.

Fátima do Sul-MS, 16 de fevereiro de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL N. 05/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Procedimento Preparatório n.º 06.2018.00000654-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Inocência

Assunto: Averiguar possível ausência de Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar e Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico nos Centros de Educação Infantil do município de Inocência.

Inocência-MS, 09 de março de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANASTÁCIO**

---

**RECOMENDAÇÃO N. 0001/2018/PJ/ANC**

Procedimento Administrativo N. 09.2018.00000729-6;

Objeto: acompanhar o processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Promotor de Justiça que ao final subscreve, no exercício de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 127, *caput*, e 129, II, ambos da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, b, e artigo 28, ambos da Lei Complementar Estadual N. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal; art. 1º da Lei Nacional N. 8.625/1993 e art. 1º da Lei Complementar Estadual N. 72/1994), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da

Constituição Federal; art. 25, IV, b, da Lei Nacional N. 8.625/1993 e art. 25, IV, b, da Lei Complementar Estadual N. 72/1994);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”<sup>1</sup> (g.n.);

CONSIDERANDO que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes (...) obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”, conforme artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, e artigo 25, *caput*, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO, que dentre os princípios constitucionalmente elencados está o da legalidade, segundo o qual “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que, no curso do procedimento em epígrafe, que objetiva acompanhar o processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio, foram realizadas diligências e acostados elementos que comprovam as seguintes irregularidades, que ofendem ao Princípio da Legalidade e ao Princípio da Moralidade:

I. Embora o Edital nº 001/2018 tenha previsão de dois prazos de vista ao Ministério Público acerca dos documentos até então produzidos no deslinde do certame, especificamente em 27/02/2018 e 01/03/2018, não houve recebimento, nesta Promotoria de Justiça, de quaisquer documentos para vista;

II. Ainda que constem, como requisitos para inscrição ao cargo de membro do Conselho Tutelar, segundo Edital nº 001/2018, “*ter reconhecida idoneidade moral*” e “*não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar*”, verificou-se o irregular deferimento, conforme o Edital nº 004/2018, da inscrição da candidata MIRLENE ORTIZ CAMPOS, DESTITUÍDA da função de Conselheira Tutelar do Município de Anastácio no bojo da Ação Civil Pública autuada sob n. 0800770-03.2014.8.12.0052, nesta Comarca de Anastácio, com sentença datada de 03.08.2017, transitada em julgado em 03.10.2017, constando da decisão haver “farta documentação” e “provas substanciais” de que MIRLENE ORTIZ CAMPOS “*possui atitudes incompatíveis com a função pública que requer o Conselheiro Tutelar*” e “*atuou com desídia na condição de Conselheira Tutelar, ao apresentar uma série de condutas inadequadas à proposta do Conselho Tutelar*”;

CONSIDERANDO que os princípios que tocam aos concursos públicos são, regra geral, aplicáveis aos processos seletivos como o que está sob acompanhamento<sup>3</sup>;

CONSIDERANDO que “o concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF. Pelo concurso afastam-se, pois, os ineptos e os apaniguados que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e a falta de escrúpulos de políticos que alçam e se matem ou poder leiloando cargos e empregos públicos”<sup>4</sup>;

CONSIDERANDO que o Princípio da Moralidade Administrativa, aplicado aos concursos públicos, norteia que “o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos”<sup>5</sup> (grifamos);

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso V, da Lei Nacional N. 8429/1992, “constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: V. Frustrar a licitude de concurso público”;

<sup>1</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

<sup>2</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

<sup>3</sup> A propósito, v. o Acórdão do REEX Nº 70035486232 TJRS (Nº CNJ: 0136338-25.2010.8.21.7000), j. 25.9.2014, que trata de processo seletivo de natureza semelhante e garante aplicação do Princípio da Legalidade.

<sup>4</sup> MEIRELLES, Helly Lopes. Obra citada.

<sup>5</sup> JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONSIDERANDO que, a teor da Súmula N. 473 do Supremo Tribunal Federal, “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

CONSIDERANDO que, se comprovada a existência de irregularidades praticadas de forma intencional, com objetivo de constituir benefício a qualquer dos candidatos, os responsáveis sujeitar-se-ão às sanções da Lei de Improbidade Administrativa;

CONSIDERANDO que a continuidade do processo seletivo com o deferimento irregular de candidatura que não observa os requisitos editalícios compromete a licitude e lisura de todo o prélio, além ofender os já mencionados princípios da Legalidade e Princípio da Moralidade;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e da moralidade administrativa, RECOMENDAR ao Senhor JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA FARIA, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anastácio, que:

I. Promova a imediata ANULAÇÃO do ato que deferiu a inscrição da candidata MIRLENE ORTIZ CAMPOS no processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio, com consequente INDEFERIMENTO da inscrição referida, em observância aos requisitos do Edital nº 001/2018, notadamente "ter reconhecida idoneidade moral" e "não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar";

II. Efetive a imediata ANULAÇÃO de todas as etapas do processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio das quais a candidata MIRLENE ORTIZ CAMPOS porventura tenha participado, após o deferimento de sua inscrição;

III. Conceda imediata VISTA ao Ministério Público de todos os documentos produzidos no processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio, em cumprimento ao cronograma informado no Edital nº 001/2018;

IV. Determine a imediata SUSPENSÃO do processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio, até a comprovação da adoção das medidas anteriores;

V. Diligencie, em todas as fases posteriores do processo de eleição para membros suplentes do Conselho Tutelar de Anastácio, irrestrita observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor, além dos princípios que regem a Administração Pública, bem como o cumprimento de todas as normas constantes do Edital nº 001/2018;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social, bem como da moralidade administrativa, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, rem razão da urgência, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da decisão de acolher ou não a presente RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não sendo adotadas as providências recomendadas, serem levadas a efeito as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis, inclusive por ato de improbidade administrativa.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, bem como para publicação no DOMP/MS.

Anastácio/MS, 09 de março de 2018.

MATEUS QUIRINO  
Promotor de Justiça Substituto